Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 118
31.7 A 6.8.95

Guiné-Bissau um ano após as eleições

Recuperação apresenta-se difícil

PÚBLICO, 30.7 95

António Soares Lopes, em Bissau

Um ano após as primeiras eleições pluralistas, a Guiné-Bissau não consegue manter o padrão económico-financeiro exibido no período anterior à ida às urnas. E, por isso, as reclamações e críticas não se confinam aos sectores da oposição.

No interior do partido no poder em Bissau, o PAIGC, há gente a pedir uma intervenção do Presidente João Bernardo Vieira (Nino) e outros implorando pura e simplesmente o regresso da equipa governamental que dirigiu o país até às eleições de Julho e Agosto do ano passado.

Só num aspecto há consenso: o país logra manter a paz social — uma conquista que dura desde 1974 e faz história n uma subregião africana atormentada por crises sociais, políticas, confrontos, distúrbios nas ruas. O factor étnico, utilizado sempre que a sede do poder se acentua, não passou na Guiné-Bissau de um fantasma que nas noites chuvosas das eleições do ano passado perdeu as asas nas enxurradas.

Os vários conflitos existentes nesta região sub-sariana, no dizer de alguns, fazem da antiga colónia portuguesa um oásis. No vizinho Senegal, explosiva é a situação em toda a zona do Casamansa, onde os rebeldes não dão sossego aos militares e impedem as autoridades de recolher as apreciadas receitas do turismo. Este ano, as praias de Cap Skiring ficaram desertas e a maioria dos hotéis fecharam as suas portas, ainda que temporariamente.

Na Gâmbia, o Governo militar saído do golpe de Estado de 1994 implantou um clima de terror e medo. Os voos fretados para Banjul foram suspensos, os turistas partiram em debandada à procura de outras águas, ainda que menos temperadas e mais caras, mas sem a possibilidade de rusgas militares ou de uma bala perdida. As representações diplomáticas ocidentais em Bissau desencorajam os seus concidadãos de viajar para Banjul e para Ziguinchor, onde a modorra que caracteriza o dia a dia pode subitamente ser substituída pelo barulho das balas.

Da Serra Leoa, Mali, Mauritânia, Libéria, as notícias que nos chegam regularmente através de refugiados que engrossam o contingente de desempregados relatam situações pouco animadoras de gente a sonhar com uma espécie de paraíso chamado Guiné-Bissau.

"Vocês não imaginam como as pessoas sonham em atravessar a Guiné Conacri para chegar a Bissau", revelou-nos o serra-leonês Jony Kone, que abandonou a carreira de professor em Freetown para hoje depender de "alguma ajuda" dada de quando em vez pelos organismos internacionais situados na capital guineense. Confrontado com o custo de vida neste país, e o desemprego, refuta dizendo: "Isto tudo é um cajú doce, comparado com o tormento que enfrentámos, ou os liberianos no seu país". Para ele, o desespero conduz as pessoas a aceitar com resignação um local onde pelo menos a vida não corre perigo.

Opinião diferente têm os guineenses, inebriados durante um certo tempo com a democracia mas que parecem agora dar conta da necessidade de algo mais para além de uma Assembleia pluripartidária recheada de verbos e com poucas soluções à vista. O dia a dia obriga a pensamentos mais consonantes com a subsistência. Os salários na função pública continuam atrasados, os preços dos produtos de primeira necessidade sobem todos os meses, o valor do peso (moeda local) desce, a inflação (que em Dezembro estava a 15 por cento) disparou e anda à volta dos 30 por cento.

Cada vez mais pobres

O jornal oficial "Nô Pintcha" (Prà Frente), outrora trissemanário, há dois anos semanário e agora "quando calhário", como é qualificado nas ruas de Bissau, editou nesta última semana um número e a manchete era concludente: "Custo de vida sobe em flecha. Somos cada vez mais pobres". No corpo do texto lê-se "os preços dos produtos de primeira necessidade sobem em espiral, enquanto o Governo, impotente, procura através de medidas administrativas controlar a situação". E a publicação, tutelada pelo Ministério da Comunicação Social, reconhece o descontentamento dos cidadãos que murmuram e se interrogam "até quando?".

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) esteve em Bissau no mês de Maio para fazer o seguimento da política de Reajustamento Estrutural, constatou "desvios importantes na política económica" e atribuiu-os em parte à transição política que se seguiu às primeiras eleições multipartidárias. Os homens do FMI concluíram não ter sido respeitada a maioria dos critérios de actuação relativos ao fim de Março e ser muito difícil "o cumprimento das metas indicativas para Junho", razão porque defenderam medidas correctivas de política adicionais, de forma a permitir alcançar metas provisórias para o fim de Setembro e de Dezembro.

O Governo sabe que novas derrapagens ou um eventual atraso na revisão proposta significará atrasos nos desembolsos dos apoios financeiros por parte dos principais parceiros, sem os quais o seu desempenho fica comprometido e as metas mais longe.

Outra pedra no sapato dos governantes é a função pública, pois o Estado continua a ser o principal empregador e tem agendado para este ano o licenciamento de mais de 500 funcionários e com o ritmo actual parece pouco provável que seja conseguido. O ano passado registou-se uma redução de cerca de 700 trabalhadores, considerado muito bom pelos parceiros de Bissau. Existem vários problemas a resolver, como o pagamento dos salários em atraso e as indemnizações a que por lei têm direito.

O presidente do Sindicato dos Professores, Luís Nancassa, lamentou ao PUBLICO a situação do ensino, dizendo ter piorado depois das eleições, por falta de diálogo e por atraso no pagamento de salários e subsídios. "Há subsídios em atraso desde 1992 e o ministério não dá mostras de ter solução", disse aquele sindicalista, segundo o qual "a Guiné-Bissau está a formar homens do século passado, devido à falta de uma política de ensino correcta".

O descontentamento atinge várias áreas e o futuro é incerto para muita gente. A companhia aérea guineense TAGB faliu e o único avião que lhe restava está há meses num hangar.

No sector empresarial paira alguma expectativa em torno do que vai acontecer após a decisão de privatizar algumas empresas, como a Cicer (cervejeira), a Rodofluvial (transporte) e a Socotram (processamento de madeira). A Guinémar (afretamento naval) e outras vão ser liquidadas. Os empresários locais estão descapitalizados e, assim, impossibilitados de concorrer em pé de igualdade caso operadores estrangeiros se mostrem interessados nos lances de "quem dá mais". ■

Angola na difícil concretização da paz

Secretariado da UNITA reunido no Bailundo

PÚBLICO, 1 8 95

O SECRETARIADO da UNITA encontra-se presentemente reunido no Bailundo, a fim de analisar as dificuldades surgidas em Luanda e que levaram à interrupção das negociações a nível militar, disse ontem ao PÚBLICO, em Lisboa, um membro da Comissão Política deste partido, Carlos Fontoura.

Do secretariado depende a própria Comissão Política vir a reunir-se ou não, conforme o grau de gravidade que vier a ser atribuído ao presente impasse, que de novo fez acumular nuvens sobre o processo da reconciliação angolana, que para alguns parecia de vento em popa depois que José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se reuniram em Lusaca no mês de Maio.

Surgiram divergências significativas quanto à formação das novas Forças Armadas Angolanas (FAA), dado que aparentemente o actual Chefe do Estado-Maior, general João de Matos, gostaria que no futuro Exército viessem a ficar muito mais homens oriundos dos antigos quartéis do MPLA do que militares que fizeram a sua carreira na UNITA.

Numa primeira fase, todas as tropas vão ser juntas, para que depois se desmobilizem os excedentes, muitos dos quais poderão eventualmente vir a constituir uma espécie de Exército de Reconstrução Nacional, encarregado de desminar o país e de o dotar de estradas e pontes em quantidade suficiente. Mas se o processo não correr bem há sempre o perigo de ficarem à margem uns bons milhares de indivíduos capazes de incrementarem o banditismo, sem que ninguém os consiga controlar.

Respeito pelos combatentes

Garantir a permanência no serviço militar de muitos dos seus homens que ao longo de anos nada mais fizeram do que combater e, por outro lado, assegurar a reinserção social dos demais é aparentemente, agora, o objectivo essencial da UNITA, que se afirma mais interessada nisso do que numa vice-presidência ou nuns quantos ministérios.

Só depois de, através de telefonemas ou de troca de mensageiros, as duas partes conseguirem ultrapassar o presente impasse é que se poderá garantir que o Presidente da República e o chefe da oposição vão mesmo estar juntos, durante a última semana de Setembro, na conferência internacional de doadores prevista para Bruxelas.

Como ainda não se vislumbra sequer o regresso dos oficiais generais da UNITA saídos das FAA logo a seguir à sua entrada, por altura das eleições gerais de 1992, nem a concretização de nenhum Exército único para os tempos mais próximos, é de crer que a "solução global" dos problemas angolanos prevista pelo Protocolo de Lusaca demore ainda bastante tempo a concretizar.

Quem, aparentemente, já começa a cansar-se um pouco da morosidade da tarefa é o representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, que segundo fontes tanto governamentais como do Galo Negro estaria a pensar na possibilidade de um novo cargo, longe dos corredores de Luanda e das terras do Planalto Central.

Beye sucedeu há pouco mais de dois anos à britânica Margaret Anstee e, tal como ela, nem sempre tem sido muito bem tratado pelas duas partes do conflito angolano. Agora, talvez interiormente desiludido, apesar de todo o optimismo que sempre ostenta em público, é de crer que tenha efectivamente pedido a Butros Butros-Ghali para ir pensando na eventualidade de lhe nomear um substituto. Se bem que esses processos de rendição do pessoal da ONU sejam, também eles, bastante morosos... ■ **J.H.**

Casa onde não há pão...

PÚBLICO, 30 7 95

AS GREVES dos professores e dos médicos — que se arrastam há cerca de um mês — fazem aumentar a tensão social na pequena República de São Tomé e Príncipe e fragilizam ainda mais o minoritário Governo do primeiro-ministro Carlos Graça, líder do MLSTP/Partido Social Democrata, impotente para travar o surto reivindicativo, que poderá alastrar a outros sectores.

Por seu turno, o Presidente Miguel Trovoada, que já se encontra no quinto e último ano do seu mandato, continua a percorrer os distritos do país, para actualizar o diálogo com uma população desiludida e cada vez mais hostil aos argumentos da classe política. A aproximação das presidenciais, a realizar possivelmente no primeiro trimestre de 1996, multiplica as estratégias de bastidor e mantém o arquipélago virtualmente paralisado.

O ritmo de deterioração do clima social está a ser tal que o primeiro-ministro foi obrigado a introduzir um neologismo no vocabulário económico local, advertindo contra o perigo de "congolização". Numa alusão à recente decisão do Governo de Brazzaville de reduzir em 25 por cento os salários da Função Pública após ruptura com o FMI/Banco Mundial, Carlos Graça brandiu nesta última semana, perante as câmaras da televisão, o espectro da suspensão do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), caso se registe um agravamento do clima de instabilidade em que o Governo vem soçobrando.

Há dias os professores manifestaram-se diante do Palácio Presidencial, contra a decisão do Conselho de Ministros que decretou a passagem administrativa dos alunos, desde a primeira classe ao oitavo ano. Foi a fórmula encontrada para romper o impasse gerado pela greve, mas a oposição protestou energicamente e os professores acusaram o Governo de "cobardia e falta de seriedade".

Crise na Saúde

Quanto aos médicos, maioritariamente em greve, reagiram com profunda irritação à posição do Ministério da Saúde, que pretendeu desdramatizar os efeitos da paralisação com um eventual recurso a cooperantes. Tal como os professores, os médicos acusam o executivo de falta de capacidade negocial e mostram-se dispostos a continuar em greve por tempo indeterminado.

O Governo não deixa de reconhecer a justeza das reivindicações, mas repete que não é possível aumentar os salários para além dos 30 por cento decididos a nível nacional; e contra-ataca acusando forças políticas adversárias de explorar o descontentamento existente. Um médico ganha o equivalente a uns dois mil escudos portugueses por mês e o salário mínimo de um professor é ainda menos do que isso, enquanto o feijão está a 500 escudos o quilo, o açúcar a 150 e o óleo de cozinha a 250 escudos o litro.

O panorama sócio-económico não poderia ser mais desolador: o custo de vida não para de subir, o simbolismo dos salários provoca um descontentamento generalizado, a rarefacção dos bens essenciais de consumo no comércio oficial faz florescer o mercado paralelo, os índices de produção e de produtividade não registam subidas e o FMI não dá garantias de desbloquear em Setembro a III tranche do PAE.

O desbloqueamento desses 3,2 milhões de dólares, essenciais para se equilibrar a balança de pagamentos, está condicionado à aplicação de um pacote de medidas e saneamento nos domínios da política fiscal e monetária. Tão caótico é o quadro e tão ténues as perspectivas de inversão a curto e médio prazo que, mau grado os esforços do Presidente Trovoada, o parto de um Governo de Unidade Nacional, titânicamente procurado pelo MLSTP/PSD, parece comprometido.

O Partido da Convergência Democrática (PCD), que tem 14 dos 55 deputados, não diz que sim nem que não, mas dificilmente alinhará naquilo que para alguns dos seus dirigentes não passa de "uma aventura ditada pela proximidade das presidenciais" e cuja heterogeneidade raia, para as bases, as fronteiras do inimaginável.

Quanto à Acção Democrática Independente (ADI), criada por amigos do Presidente e também ela com 14 deputados, parece estar a pesar cuidadosamente as vantagens e desvantagens de uma eventual partilha do poder, enquanto vai sustentando um relacionamento ambiguamente amistoso com o Governo, que controla os restantes 27 lugares da Assembleia. ■

Conceição Lima, em São Tomé

General angolano João de Matos continua pessimista

"Regresso à guerra é muito provável"

PÚBLICO, 4 8 95

*Jorge Heitor**

O general João de Matos veio a público reafirmar o que já muita gente receava: o regresso à guerra em Angola é ainda uma probabilidade, apesar de as Nações Unidas se declararem de um modo geral satisfeitas com o que ali tem ocorrido nos últimos nove meses, desde a conclusão do Protocolo de Lusaca.

O Conselho de Segurança deverá prorrogar hoje, por seis meses, o mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III), mas entretanto continuam a acumular-se os indícios de que a paz ainda não é de forma alguma irreversível, podendo uma vez mais ir por água abaixo tudo aquilo que arrastadamente se negociou em Bicesse e em Lusaca.

Um dos últimos sinais de que os cidadãos daquele país não podem de forma alguma estar tranquilos foi dado esta semana pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos, quando numa entrevista ao jornal britânico "The Guardian" veio dizer que "um regresso à guerra — o pior dos cenários — é muito provável".

De acordo com a sua lógica, a UNITA pretende sufocar o Governo, deixar o país paralisado e a população numa "miséria insustentável", pelo que as autoridades terão de "tomar uma decisão", que será eventualmente a de se voltar aos campos de batalha...

Curiosamente, estas palavras de um grande pessimismo foram ditas à jornalista Victoria Britten pouco antes de o Presidente José Eduardo dos Santos, que se encontra a passar férias na sua villa da Côte d'Azur, ter enviado um presente de aniversário ao líder do Galo Negro, Jonas Malheiro Savimbi, nascido há 61 anos na localidade de Munhango, província do Bié.

Ou seja, o chefe do Estado continua com gestos de apaziguamento em relação àquele que é desde há bem mais de uma década o seu principal adversário, enquanto os generais das Forças Armadas Angolanas (FAA) afirmam alto e bom som que a Unavem III está a contribuir para a degradação da vida num país já altamente devastado.

Terreno minado

"Não queremos a paz só para Luanda, queremos a paz para o todo angolano. A 25 quilómetros da capital há camponeses a morrer. As estradas estão minadas, não há livre circulação de pessoas. Perguntem aos nossos camponeses se isto é que é a paz", declarou João de Matos, cuja posição frente à UNITA parece muito menos flexível do que a do Presidente da República.

O chefe do Estado-Maior General acusou o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, e o seu representante especial em Angola, Alioune Blondin Beye, de terem "uma compreensão muito superficial" do país, onde — segundo ele — o partido de Savimbi ainda controla cerca de 40 por cento do território e continua a ser abastecido por intermédio do Zaire.

A acreditar no que diz este "duro", que nos últimos três anos se tornou uma figura incontornável da cena angolana, dezenas de aviões aterram semanalmente nas áreas da UNITA, mas a ONU nada estará a fazer para o impedir. Até porque ainda não conseguiu colocar no terreno metade sequer dos perto de 8000 homens de diferentes nacionalidades que deveriam constituir a Missão de Verificação, segundo o mandato aprovado pelo Conselho de Segurança.

Beye, sucessivamente atacado por forças da UNITA e do Governo, tem falado de melhoria do clima militar e político no país, mas há incidentes que ainda opõem tropas adversas e fortes obstáculos ao devido aquartelamento de todos os quase 200 000 soldados de um e outro lado, dos quais mais de 100 000 viriam depois a ser desmobilizados.

Ainda segundo João de Matos, na importante entrevista dada a "The Guardian", não há listas completas do pessoal de Savimbi e "as Nações Unidas não têm meios nem capacidade para cumprir a sua missão, infinitamente mais complicada do que quem está de fora parece julgar".

Na semana passada as FAA propuseram-se, numa primeira fase, juntar em si todas as tropas existentes, oriundas de um ou outro lado, após o que forneceriam a muitos homens — em vez da desmobilização pura e simples de todos os excedentários — treino para a construção de estradas, reparação de pontes e criação de outras infra-estruturas, designadamente nas zonas rurais. ■

*** com Aguiar dos Santos, em Luanda**

Representante da UNITA em Portugal revela ao PÚBLICO

Savimbi quer cimeira urgente

PÚBLICO, 5 8 95

*Jorge Heitor**

A UNITA não comunga aparentemente de todas as palavras pessimistas do general João de Matos, considera-as "irresponsáveis" e pede um encontro urgente com o Presidente José Eduardo dos Santos, para salvar a paz em Angola. Beye também critica os "duros".

O representante da UNITA em Portugal, engenheiro Adalberto Costa Júnior, revelou ontem à tarde ao PÚBLICO que o seu partido solicitou um encontro urgente de Jonas Savimbi com o Presidente José Eduardo dos Santos, para se resolverem algumas questões que ainda estão em aberto desde a cimeira de 6 de Maio, em Lusaca.

Ainda não se conhece a resposta do Futungo de Belas, mas aquela fonte disse-nos ser "desejável" que a nova reunião de alto nível se realizasse por todo este mês de Agosto, provavelmente num país africano, a Zâmbia ou outro, que não a própria Angola, dada a inexistência ainda de condições práticas de segurança para que Savimbi se desloque a Luanda, como seria o ideal.

Adalberto Costa Júnior, que hoje promove na região da Cruz Quebrada [subúrbios de Lisboa] celebrações dos 61 anos do líder do seu partido, considerou "de grande irresponsabilidade" as declarações feitas ao jornal britânico "The Guardian" pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, no sentido de a guerra poder recomeçar a médio prazo. Mas também entendeu que as mesmas não estão totalmente de acordo com o que pensa o Presidente da República, que ao fim e ao cabo é quem na verdade manda no poder luandense.

"Há muitos negócios que se fazem com a guerra, mas também há hoje em dia mais empenhamento no sentido da paz", sintetizou o homem da UNITA, para nos explicar que apesar de tudo não está muito pessimista, mesmo sabendo que persistem algumas movimentações militares, do Norte ao Sul do país.

"Este mês de Agosto vai ser determinante, até porque Butros-Ghali nos prometeu para ele a chegada do grosso dos capacetes azuis que ainda faltam", insistiu Adalberto Costa Júnior, ao falar da premência de uma ci-

Continua na pág. 4

ANGOLA

Espanha volta a atacar

EXPRESSO, 5.8.95

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

A ESPANHA reabriu a Angola uma linha de crédito comercial de 350 milhões de dólares desdobráveis em 500 milhões, nos termos de um acordo firmado em Luanda entre o ministro do Comércio e Turismo espanhol, Xavier Navarro, e o ministro angolano das Finanças, Augusto Tomás.

Com esta nova aposta no mercado angolano depois do vultoso financiamento durante o período pré-eleitoral, a Espanha, que disponibilizará 100 milhões de dólares de créditos concessionários do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e 72 milhões em sistema de «revolving», volta a posicionar-se como o principal parceiro económico de Angola. **«Queremos antecipar-nos a outros países no apoio à reconstrução e às transformações democráticas de Angola»**, disse ao EXPRESSO um empresário espanhol.

Com o pagamento da primeira «tranche» de uma dívida vencida de 132 milhões de dólares, amortecida pelo reinício da exportação de petróleo através dos dois primeiros carregamentos de dois milhões de barris de crude, a Espanha teve garantias para realizar um novo e avultado investimento que a colocará na primeira linha dos países que vão apoiar a reconstrução de Angola.

«Consolidadas as nossas relações comerciais, os espanhóis vão ter um estatuto privilegiado. Mais ▶ uma vez, não hesitaram em dar-nos a mão nesta hora crucial para, rapidamente e agora com menores riscos, voltarmos a pôr o país a funcionar», defendeu um economista do Banco Nacional de Angola.

A perspectiva de um alargamento da cooperação económica entre os dois países, coincidente, por outro lado, com o estabelecimento da paz e com o «optimismo moderado» veiculado por Luanda em relação à futura postura da UNITA, culminou com o compromisso das duas partes assinarem em breve um acordo de promoção e protecção recíproca de investimentos.

Trata-se do primeiro acordo do género que Angola celebrará com um país europeu, testemunhando, segundo um diplomata espanhol, a amplitude da confiança em que assenta a cooperação económica entre os dois países, consagrada na eliminação dos factores que condicionavam até agora a concessão de novos financiamentos a Luanda.

Honrar os compromissos

Para tanto, bastou que Augusto Tomás, depois da sua primeira visita a Espanha, honrasse os compromissos assumidos, confirmando o financiamento de mais seis carregamentos de petróleo para manter operativa até final do ano a linha de crédito de Madrid. **«A medida que as dívidas forem saldadas, aumentaremos os créditos»**, garantiu o ministro do Comércio de Espanha, para quem **«Angola constitui a principal prioridade dos investimentos espanhóis nesta sub-região da África Austral»**.

Com estes novos financiamentos destinados a apoiar projectos de grande impacto social, Luanda poderá ver reabilitada a rede de telecomunicações e electricidade, com o fornecimento de sub-estações, num empreendimento conjunto com a empresa espanhola Montreal.

As verbas disponibilizadas deverão igualmente viabilizar a recuperação e apetrechamento de hospitais, aquisição de centros médicos de campanha, reconstrução de infra-estruturas escolares e a reabilitação de toda a rede de frio da capital do país.

O sector privado poderá também recorrer às linhas de crédito espanholas, que, no entanto, contrariamente ao acordo existente com Portugal (que consagra um «plafond» específico para as empresas angolanas), limita a sua utilização em regime de parceria com firmas espanholas. Neste sentido, segundo um alto funcionário do Ministério das Finanças, poderá vir a ser afectado um «plafond» a um dos bancos comerciais que, a partir de uma selecção de projectos integrados nas linhas de prioridade para os investimentos públicos, fará a sua gestão, apoiando exclusivamente acções que concorram para a execução do programa de reformas do Governo para este ano.

UNITA assinalou em Portugal os 61 anos de Savimbi

PÚBLICO, 6 8 95

É POSSÍVEL que por todo este mês se verifique, numa cidade africana, um novo encontro do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, com o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, a fim de dar continuidade à cimeira que no dia 6 de Maio se efectuou em Lusaca. Quem o confirmou ontem à tarde foi a representação daquele partido em Portugal, durante as cerimónias efectuadas na Cruz Quebrada para assinalar os 61 anos do chefe da oposição.

Na véspera, em Luanda, também uma fonte do Ministério das Relações Exteriores admitira ao correspondente do PÚBLICO que o Presidente e Savimbi se possam reunir ainda antes de Setembro, como forma de dar um "sinal positivo" aos países e organizações doadores, que dentro de sete semanas deverão ter uma conferência em Bruxelas.

Adalberto Costa Júnior, representante da UNITA em Lisboa, disse-nos ontem que Marrocos, a Costa do Marfim e o Zimbabwe se encontram entre os cenários possíveis para a nova cimeira angolana [a qual poderia eventualmente vir a ser seguida, na segunda quinzena de Setembro, pela presença conjunta de José Eduardo dos Santos e do chefe da oposição na conferência de doadores].

Nas cerimónias do aniversário de Savimbi organizadas nas proximidades do Estádio Nacional, ao vale do Jamor, houve cânticos, poemas, danças, teatro e uma intervenção política, encontrando-se presentes — entre uma centena e meia de simpatizantes — destacados quadros do Galo Negro, como Carlos Oliveira Fontoura, Fátima Roque e Carlos Morgado. ■

Continuação da pág. anterior

Savimbi quer cimeira urgente

meira angolana ainda antes da conferência internacional de doadores que na segunda quinzena de Setembro terá lugar em Bruxelas.

Enquanto isto, em Luanda, Alioune Blondin Beye, representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, disse ao PÚBLICO e a outros órgãos de informação, em conversa informal, que para já não está a pensar abandonar o cargo, apesar de — acrescentou — ser essa a vontade dos falcões que existem de um e do outro lado do conflito.

Beye, de quem consta que está a ficar cansado do caso angolano e que gostaria de se transferir para outras paragens, reagiu designadamente, nestas últimas 48 horas, à entrevista que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, dera no início da semana ao "The Guardian" e que o PÚBLICO ontem mencionou.

"Bem sabeis que não me encontro entre os partidários da guerra. Faço parte dos que querem concretizar as aspirações profundas do povo angolano", disse em síntese o diplomata do Mali, que falou sob a condição de as suas declarações não serem gravadas.

O representante de Butros-Ghali reconheceu que está a haver atraso no acantonamento das tropas angolanas, de um e outro lado, que entre si totalizam perto de 200.000 homens, mas sublinhou que as Nações Unidas começaram a colocar capacetes azuis nas províncias do Uíge e do Zaire, ao mesmo tempo que outros elementos seus — indianos — procedem à desminagem da estrada entre o Lobito e o Huambo.

A Comissão Conjunta encarregada de implementar o Protocolo de Lusaca deverá voltar durante os próximos dias ao trabalho, a fim de concluir o processo de aquartelamento das forças da UNITA e determinar o início da recolha, armazenamento e custódia pela polícia de todo o armamento na posse de civis.

Enquanto isto, a situação particular na província de Cabinda continua bastante tensa, com os guerrilheiros da FLEC a multiplicarem as suas pequenas ofensivas contra as forças governamentais. Os separatistas queixam-se de que a população local em quase nada está a beneficiar das receitas provenientes do petróleo, as quais são a principal base de sustentação financeira do Estado angolano. ■

*** com Aguiar dos Santos, em Luanda**

MOÇAMBICANTO

EXPRESSO, 5.8.95

MOÇAMBIQUE SOBREVIVE À CUSTA DE DONATIVOS. AS POPULAÇÕES SOBREVIVEM À CUSTA DE EXPEDIENTES. É A ECONOMIA DE UM PAÍS QUE RECUPERA LENTAMENTE DA GUERRA. E TÃO LENTAMENTE, QUE OS MOÇAMBICANOS DESESPERAM. VINTE ANOS DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Texto de ANTÓNIO CABRITA

Oh pátria
moçambiquero-te
neste alumbramento
e amar-te
devo-o à carne e ao nervo
deglutidos em revolta.
Moçambicanto
de Gulamo Khan

À ESQUINA do Hospital Central de Maputo, na Eduardo Mondlane, um homem sem pés, uma perna amputada pelo joelho e outra pelo calcanhar, vende sapatos. Esta imagem brutal, que não admite recuos ou camuflados, é a metáfora ideal para um país de uma economia tão depauperada que dói a simples passagem da prosperidade alheia na televisão. A hipocrisia entre nações, e isso sente-se sobremodo aqui, também se reflecte na maneira como o «quadradinho catódico» tende a uniformizar modelos de vida sem ter em conta as diferenças regionais, como se bastasse ao moçambicano saber que outros sonham. Através das séries americanas, alemãs ou brasileiras, o moçambicano regala-se com o cenário em que hipoteticamente evoluirá o futuro dos seus netos, e no telejornal bebe o caldo avinagrado da sua realidade actual.

Moçambique celebra os seus 20 anos de independência sob o signo do donativo. 65 por cento do Orçamento Geral do Estado deste ano, aprovado há mês e meio, provirá de «donativos» e créditos ocidentais que ainda não foram desembolsados. Entretanto, a produção continua a ressentir-se da destruição das infra-estruturas perpetrada pela guerra e continua a um nível próximo do zero. A agricultura, por exemplo, está assombrada pela enxameada presença das minas («**sentinelas eternas**» lhes chamavam os camponeses do Camboja). A «despoluição» dos solos teve direito a parangonas quando se chegou ao quarto milhar de minas desmontadas na província de Maputo: só faltam 1.997.000, para todo o território. Até há dois meses, a afluência diária por «dentada» de mina ao Hospital Central de Maputo cotava-se nas cinco vítimas.

Outra das sete pragas que caíram sobre Moçambique é o mercado paralelo. Esta actividade é como os pés fantasmas do estropiado da esquina da Eduardo Mondlane, que não lhe impedem a locomoção nem o «fair-play» de vender sapatos. O mercado paralelo — polvo que dedica cinco dos seus braços ao aliciamento e à corrupção — é alimentado pela extrema permeabilidade que as fronteiras moçambicanas oferecem, e tem, além de pés invisíveis, a dupla face de Jano.

Através dele, o consumidor salvaguarda-se da feroz carga fiscal que se abate sobre todos os bens com a força de um malho num já enfraquecido elástico. É uma ilegalidade de tal forma inevitável e tolerada que nem o próprio FMI, viciando a sua severidade presbiteriana, quis impor uma revisão da política fiscal e das taxas aduaneiras que jugulasse de imediato as vantagens do tráfico. Por outro lado, é a economia central (embora controlada por «gangs» de indianos) do grosso de refugiados de guerra que sobrelotou cidades sem estruturas laborais para os assimilar. Veja-se o caso de Maputo, dimensionada para 750 mil habitantes mas que tem neste momento perto de dois milhões.

Este polvo está presente em todos os sectores da vida quotidiana. Nos transportes urbanos, mais de metade das viaturas que servem o circuito Maputo-arredores — os famosos «chapa 100» — são piratas e não pagam tributação ao Estado. Isto só é possível porque «anda luva no ar». O mesmo se diga dos carros privados. No caso dos BMW, apenas dez por cento das viaturas desta marca que circulam pela cidade foram importados pelo agente. Foi testemunhada por este vosso escriba esta situação singular: um polícia de trânsito multava um carro mal estacionado enquanto nas suas costas uma viatura sem matrícula encostava a um jipe, cujo condutor, coagido (por uma arma) a sair do carro, foi rapidamente substituído.

Esta «transumância» selvagem de bens e serviços é uma fabulosa fonte de rendimentos para todos, agentes da lei incluídos, e está presente em todas as áreas — quadros técnicos, funcionários do Estado, professores. É como podia não ser assim se o ordenado mínimo é de 158 mil meticais (dois contos e tal) — 2,5 kg de carne — e só de água e luz, na cidade, se paga à volta de 200 mil? A corrupção «passiva» tende a trepar em todos os tecidos sociais, ao ponto de Joaquim Chissano, no seu discurso de comemoração dos 20 anos de independência, ter apontado como prioridade o seu combate, única forma, garantia, de devolver alguma ética ao exercício da política.

É, no entanto, Moçambique é um país que, embora sobre uma corda bamba, está à beira de realizar-se. Vê-se pelos contrastes chocantes que exibe a cidade de Maputo: riqueza, e muita, geminada com os «miúdos da rua», o que quer dizer que na sociedade moçambicana há sobretudo um problema de distribuição das riquezas (como aliás no resto do mundo); pelo inesperado cosmopolitismo da sua população, com milhares de estrangeiros que chegaram como cooperantes e se radicaram, apaixonados pela terra; vê-se pela vitalidade que exibe a comunicação social (só em Maputo, seis ou sete jornais); vê-se pelas notícias diárias de investimento estrangeiro, na indústria e na agricultura, que resultam de uma confiança internacional na estabilidade moçambicana; vê-se pelas fabulosas potencialidades no turismo. É um país que se sente às vésperas.

E mexendo no fundo, para lá das algas que disfarçam a natureza do leito, percebe-se que a situação actual de Moçambique, isto sem querermos desculpabilizar os próprios e a guerra civil, resultou de uma série de equívocos e de ingenuidades políticas imputáveis ao próprio processo histórico.

Logo de início, empurrados pelo discricionarismo e pela estupidez do colonialismo português. Basta fazer a leitura dos jornais moçambicanos das décadas de 50 e 60 para se perceber como a sociedade colonial vivia virada para si própria, que ali não havia misturas. Racista até à medula, o colono português — e como vivia bem, a avaliar pela pujança da cidade de Maputo — confundia o despertar das consciências com o «perigo vermelho» e preferia a técnica do garrote a uma abertura plena. A altura da Independência, a taxa de analfabetismo rondava os 93 por cento. Os números falam por si. Infelizes dos portugueses, que tinham «os bons exemplos» da vizinha África do Sul!

A «guerra fria» foi a segunda armadilha que lançou a ingenuidade de Moçambique nos braços do «marxismo-leninismo». Como reconheceu Chissano numa entrevista radiofónica, concedida dias antes das comemorações da Independência este ano, **«aproximámo-nos do Bloco do Leste, mas esses países socialistas achavam que nós não estávamos ao nível exigível para sermos seus legítimos pares...»** Ou seja, a cooperação socialista limitou-se, em muitos casos, a uma forma encapotada de explorar os recursos e as matérias-primas moçambicanas, num assomo de arrogância paternal. Não melhor se portaram os restantes países (os capitalistas), cuja cooperação envolveu quase sempre vorazes técnicas de «compensação»; com a suave excepção de Itália, hoje parceiro privilegiado.

A guerra e a vizinhança da implicativa África do Sul foram o terceiro obstáculo infeliz de um país ainda imberbe.

O FMI é o quarto morteiro dirigido ao destino moçambicano. Assim que se firmaram as novas «regras do jogo» impostas pelo Banco Mundial, o primeiro-ministro moçambicano da altura, Mário Machungo, teve um desabafo e preveniu: **«A partir de agora, quem tiver dinheiro para comprar um Mercedes compra um Mercedes, quem tiver para um Volkswagen compra um Volkswagen; quem tiver dinheiro para comprar bicicleta anda de bicicleta; quem não tiver dinheiro para comprar arroz não compra arroz.»** Hoje, o vaticínio cumpriu-se. A recuperação da economia moçambicana, regida por critérios e «cintos de segurança» impostos de fora, cortou as pernas ao sonho «socialista» de uma maior equidade social, e o «meu» amputado da esquina da Eduardo Mondlane está entalado entre dois jipes Mitsubishi.

Por outro lado, a recente guerra dos industriais do caju (Moçambique já foi o maior exportador mundial de castanha de caju) contra as instruções do Banco Mundial, que pretendia liberalizar a sua venda, veio trazer um renovo de energia à debilitada soberania moçambicana. A liberalização implicaria que os comerciantes — aqueles que apanham, transportam e ensacam a castanha — a pudessem vender directamente à Índia, por melhor preço, em detrimento dos industriais moçambicanos. Claro que por detrás desta determinação do Banco Mundial — que não levou em conta a especificidade moçambicana — estão os interesses indianos, que, de momento, são os primeiros exportadores mundiais, mas o ministro Oldemiro Baloi (da Indústria, Comércio e Turismo) foi claro ao antecipar que Moçambique não estava interessado em pertencer ao núcleo dos países exportadores de matéria-prima. Estes são sinais de que há uma firme vontade de construir um país que seja algo mais do que a prancha de turismo da África do Sul.

E, contornando as dificuldades com mais ou menos perícia, há hoje uma média burguesia que assistiu à derrocada do seu engajamento político, mas na qual permaneceu uma postura moral avessa às regras da sobrevivência e do «pragmatismo» a qualquer preço, e que aposta a sua vitalidade no empresariado ou na dinâmica cultural, constituindo assim a retaguarda de que qualquer país necessita para a coesão de uma identidade. É a esses que o mutilado de guerra da esquina da Eduardo Mondlane estende os sapatos que vende. A maior parte dos sapatos são impraticáveis, ou não têm pares, mas o mutilado, ao vender sapatos, está a exercer uma soberana ironia sobre o seu destino, não impondo a sua realidade. É a burguesia compra. Bem ou mal, um país tem de andar pelos seus próprios pés, e aquele é o mais legítimo dos comércios.

Eduardo dos Santos: férias em Nice

EXPRESSO, 5 8 95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, está a passar férias numa mansão da companhia petrolífera ELF, em Nice.

Eduardo dos Santos aproveita esta viagem — apenas interrompida para assistir, em Luanda, ao funeral do seu ministro da Defesa, numa viagem-relâmpago em que utilizou pela primeira vez o «Boeing» presidencial comprado a Israel — para reduzir o desequilíbrio de influências em França, até agora favorável a Jonas Savimbi.

O Presidente angolano contou com uma movimentação de bastidores previamente desenvolvida por um amigo pessoal, o ex-embaixador de Angola em França, Elísio de Figueiredo, que alguns círculos consideram ser um dos pontas-de-lança dos seus negócios. Aos quais não são alheios personagens como o corso André Tarallo, uma «eminência parda» da política do grupo ELF no continente africano, e Jacques Sigollet, perito financeiro ligado ao mesmo grupo.

Tarallo e Sigollet são também apontados como gerentes dos interesses de Pedro de Castro Van-Dunen «Loy» — amigo de infância de Eduardo dos Santos e ex-ministro dos Petróleos — e de Desidério Costa, actual vice-ministro da mesma pasta e homem de confiança do Presidente.

Observadores da realidade angolana consideram que, depois destas férias de Eduardo dos Santos, não é de excluir a possibilidade de, à já forte implantação da ELF em Angola, vir brevemente a juntar-se um forte aumento dos interesses franceses noutros sectores de economia angolana, em particular na extracção mineira. ■

CARLOS CARDOSO

"Disse a Samora que ele ia morrer"

EXPRESSO, 5.8 95

CARLOS Cardoso, 44 anos, jornalista moçambicano e director do «MediaFax», um jornal electrónico, é consensualmente considerado um dos grandes jornalistas do país. Estudou politologia em Joanesburgo, e isso tornou-o um analista privilegiado das questões da África Austral.

EXPRESSO — Carlos Cardoso, você é conhecido, entre outras coisas, por ter antecipado em três dias, num artigo, a morte de Samora Machel. Como é que lhe veio a «iluminação»?

CARLOS CARDOSO — Foi pura dedução lógica. Eu vivi na África do Sul durante dez anos e percebi algo da lógica de raciocínio africânder. Ora, durante muitos anos, o general Malan e os porta-vozes da famosa Estratégia Total — a agressão a Moçambique e Angola — atacavam a Frelimo, atacavam Moçambique, mas deixavam o Presidente da República de lado, não produziam ataques pessoais. Mas no dia 6 de Outubro há uma mina que rebenta em Mbuzini. A tropa sul-africana diz que ficaram feridos seis soldados (até hoje não se sabe quem pôs aquela mina) e o Malan avisa: **«Se o Samora quer ter problemas, vai tê-los!»** Aí, eu fiquei abalado. O regime sul-africano acabava de singularizar Samora Machel. Quatro dias depois começa uma sucessão de eventos, com a utilização da imprensa pela contra-inteligência militar sul-africana e começam a aparecer uma série de boatos. Havia a criação do cenário, para depois se dizer «olhem, como dissémos...». Só que o Samora caiu lá dentro!

EXP. — O Samora ainda falou consigo depois da publicação do artigo, ou não?

C.C. — Eu disse-lhe que ele ia morrer. O Samora costumava chamar os jornalistas para conversar, e no dia 11 tivémos uma conversa longa, de quatro horas. E aviseí-o: **«Os generais sul-africanos vão-te matar!»** Então ele teve aquela frase: **«Eu sou o obstáculo que não estou no bolso de ninguém!»** Posteriormente, fui desenvolvendo outras especulações sobre se terá havido ou não conluios internos... mas, enfim, já era tarde.

EXP. — Li um relatório de um organismo internacional que referia Moçambique como um dos países africanos em que a liberdade de imprensa está mais implantada. É assim?

C.C. — Hoje estamos a viver os frutos do nosso trabalho e sou o meu único censor. A mim admito censura. Mas foram anos de muita luta. Dentro da Frelimo havia duas sensibilidades, em relação à liberdade de expressão. O Samora era até «à esquerda» da informação, que criticava por não ser interventiva e não investigar o suficiente, mas havia outra ala que concebia a informação como uma coisa dirigida, para fins programados pelo partido, etc. Vivemos nesta ambiguidade. Mas houve um grupo de jornalistas que, tendo embora uma enorme solidariedade com o projecto socialista da Frelimo, cultivava ao mesmo tempo uma enorme dose de crítica, desse por onde desse. Isso arrasou os nervos a muitos dirigentes. Em 84/85, por exemplo, quando unidades das forças armadas se começaram a comportar como as da Renamo, nós fomos os primeiros a dizer: isto não são os «bandidos armados», há um padrão de ataque e tal e tal... Fomos os primeiros a ter uma postura moral, de rectificação e vigilância, nunca nos demitimos. E não foi só a AIM (de que eu era director) que fez esse tipo de trabalho...

EXP. — Então, hoje, o seu empenhamento num jornal electrónico não tem nada a ver com a ▶ ▶ utilização de um suporte impermeável a qualquer tipo de controlo ou censura?

C.C. — Não tem a ver com qualquer fuga, tem simplesmente a ver com a própria evolução dos processos de comunicação. Em Portugal não existem jornais electrónicos?

EXP. — Aqui em Moçambique fala-se bastante das irregularidades das organizações não governamentais (ONG), a coberto dos seus programas humanitários, bem como das irregularidades e abusos daquilo que foram os mecanismos da cooperação. Mais uma vez, em todos estes anos, imperou a hipocrisia ocidental?

C.C. — Tem havido processos de cooperação limpos, saudáveis, com a Suécia, com a Noruega, com a Holanda, até com a União Europeia. Em relação às ONG, sinto que estão a assumir funções administrativas demasiado pesadas dentro de Moçambique. Introduzem-se funções para as quais nós não estamos capacitados, portanto, têm de vir estrangeiros. Então, de certo modo é possível que Moçambique esteja a servir de laboratório para certas experiências de recolonização. Tem de haver rigor. Até porque, «grosso modo», o Ocidente cruzou os braços e assistiu ao espectáculo dos securocratas sul-africanos a destruírem este país directa e indirectamente. Os endividados hoje somos nós, porque, as regras de jogo não são morais, são económicas, são financeiras, são de poder. Mas repare, no início de Janeiro de 1981 houve um rumor de que o Reagan teria telefonado ao Botha a dizer «OK, avança, eu protejo-te a retaguarda, isso são tudo aliados da União Soviética, tens o meu aval, o meu OK». Havia que investigar neste sentido, para podermos assumir completamente a nossa história. Porque se o rumor é verdadeiro, temos um argumento para renegociarmos a nossa dívida, dado que quem rebentou este país de uma ponta à outra — estradas, pontes, escolas — foi instrumentalizado de fora...

EXP. — Mas a cooperação com o Bloco de Leste também não se revelou fraudulenta?

C.C. — Havia queixas sobre excessos, toneladas a mais de peixe, tiradas pela União Soviética. Os jornais ocidentais faziam um barulho enorme sobre isso, mas devo dizer que, além dos russos, havia japoneses, espanhóis, portugueses, sul-africanos a fazerem exactamente o mesmo. Eu acho que a cooperação com a União Soviética foi uma cooperação muito baseada nos termos deles, mas de alguma forma também baseada nas nossas necessidades. E não se pode esquecer isto: se a nossa economia funcionou foi devido a uma certa solidariedade da União Soviética. Por outro lado, a União Soviética não gostou nada do acordo de Incomáti. Melhor, não gostou do grau de soberania que Moçambique utilizou na feitura do acordo; não ter consultado Moscovo. E, terceiro, nunca aceitou armar devidamente a Frelimo. Moçambique não era estratégico para a União Soviética, como Angola. Isto um dia vai ter de ser analisado de acordo com documentos, mas eu penso que o Presidente Samora pediu à União Soviética o treino, a formação de brigadas ofensivas, porque ele não queria «guerra fria», queria «guerra quente». A sua teoria — isto em 1981/82, e o que eu vou dizer tem de ter outras fontes, eu não chego para legitimar isto — era a seguinte: «...os que estão a morrer, não são eles; estão a morrer pretos, está a morrer carne para canhão. Eles, os africânderes, os filhos dos africânderes, não estão a sentir na pele aquilo que os seus pais estão a fazer a Moçambique e a Angola. A única maneira de eles sentirem esta guerra é entrar em confronto directo com o exército sul-africano. Tem três dias, esta guerra. Basta que eles sofram um bocadinho, para os africânderes entenderem que o seu futuro é em África e não contra os africanos». **«Prefiro esta 'guerra quente', nem que Maputo sofra»** (a frase é dele). «Esta 'guerra fria' está a levar à destruição do nosso campesinato, vai levar à destruição do povo.» **«E para não morrerem cem mil agora»** — e esta frase eu ouvi — **«vai morrer um milhão»**. É interessante como esta teoria foi aplicada com muito sucesso no Cuito-Cuanavale. É a derrota militar da África do Sul no Cuito-Cuanavale e ao sul, depois do Cuando-Cubango, que leva às conversações de Nova Iorque, às conversações com a SWAPO e à libertação de Nelson Mandela. Foi ali que se decidiu tudo e também a lógica de negociação para a paz em Moçambique. Foi aquela derrota que levou ao armistício geral, ao compromisso. Mesmo o pragmatismo do Nelson Mandela não caiu do céu, é um efeito de Cuito-Cuanavale. E, em 81, penso que o Samora tinha a mesma atitude e a União Soviética não quis. É por isso que ele vai para Incomáti... Mas vou mais fundo na minha percepção deste processo, e afirmo que isto influiu nas opções económica do Governo... Vou dar o exemplo muito simples da política fiscal — contribuição industrial: 45 por cento; contribuição na agricultura: 45, 40 e 35 por cento. Estas margens de contribuição, num país em que a produção não consegue pagar o salário mínimo ridículo de 158 mil meticais (menos de 20 dólares), é um convite à evasão fiscal. Neste país a política fiscal, que é o coração, a primeira trave para se formalizar uma economia, não tem peso ou existência real...

EXP. — Como é que o FMI injecta aqui dinheiro sem uma reforma da política fiscal que possa subtrair o andar da economia nas «auto-estradas» do mercado paralelo?

C.C. — «This is a good question». O FMI obriga o país a fazer uma reforma financeira, mas não uma reforma fiscal. Quer dizer, os «crânios» do FMI decidiram que uma reforma financeira antecede uma reforma fiscal! Estão a tentar reinventar as leis do mercado. Não se pode fazer uma reforma financeira se não se lhe der base económica e a única maneira de dar base económica às reformas financeiras é formalizar a economia, dar dimensão formal à economia. O que exige intervenção, porque isto de mercado livre, de capitalismo livre, é uma mentira. Mercado livre é o Ruanda, em que as regras mudam de cinco em cinco minutos... A economia da Alemanha é fortemente intervencionada, porque é que não se fala disso?

EXP. — O facto de Chissano ter ido ao Norte sancionar o poder dos régulos não irá colidir com o poder que vai emergir das autárquicas? Como é que vai haver conciliação entre esse poder tradicional e outro formal, saído das eleições?

C.C. — Claro que vai colidir. Mas eu tenho outra posição... Até prova em contrário, é evidente, estou contra as eleições municipais, porque isso só vai levar a novas elites parasitárias, em vez das elites produtivas que neste momento começam a ser formadas no campo. Ao introduzirmos as eleições, podemos estar a introduzir, com uma grande «ingenuidade» democrática, o mecanismo, a orgânica e a clientela de um novo parasitismo. Nenhum partido, até hoje, no último ano, resolveu um único problema deste país. Foram indivíduos que se dedicaram à resolução dos problemas, não os partidos. Incluindo a Frelimo.

EXP. — O facto de hoje a sede da Igreja Universal do Reino de Deus ser na própria sede da Frelimo é apenas tema do anedotário local ou é sintomático de alguma coisa?

C.C. — É sintomático do tipo de alianças obscuras que a direcção da Frelimo foi fazendo, por imperativos da história ou por imperativos do bolso, não sei... Maharish, Igrejas Universais e toda a sorte de cretinices... A principal preocupação em relação à Igreja Universal é que ela está a reduzir a sério a poupança popular. Um repórter nosso foi a várias sessões, assistiu à entrega do dinheiro, e chegou à conclusão de que, em média, por dia, na cidade de Maputo, a Igreja Universal do Reino de Deus faz 500 milhões de meticais. Isso significa que no ano de 1994, a Igreja Universal do Reino de Deus, em Maputo, teve um rendimento líquido de 180 e tal milhões de contos... Se compararmos com aquilo que o Estado arrecadou em impostos sobre o rendimento do trabalho: 120 milhões de contos, em todo o país... Portanto, a única maneira de o Estado resolver este assunto não é chegar lá e proibir a Igreja Universal — isso só acabaria por reforçar o seu poder junto dos crentes – mas sim **taxar** a Igreja Universal do Reino de Deus. E aquilo tem um poder incrível: eles rezaram contra o «MediaFax», rezaram contra mim... Depois, fiquei doente, e toda a gente disse que foi a Igreja Universal...

EXP. — Uma das coisas que me parece básico fomentar neste país é a Educação. A aposta aí tem sido forte ou está muito aquém?

C.C. — Foi muito forte entre 75 e 81. Houve uma autêntica revolução no sistema de Educação em Moçambique. Mas arrasaram tudo e chegou-se a 1990 — já na altura da introdução das novas regras do FMI — e não havia dinheiro para pagar aos professores. Resultado lógico: corrupção generalizada no ensino, que resultou, este ano, em 100 por cento de chumbos no exame à admissão à Faculdade de Medicina. Agora, a universidade está a reagir contra esta brincadeira e a remoralização do ensino está a vir de cima para baixo, e a privatização real, séria, comunitária, está a ser feita, havendo já escolas com prestígio no país.

EXP. — Viver hoje em Moçambique ainda exige uma certa coragem, mas há sinais visíveis de esperança, não?

C.C. — Há. Eu estou a descrever um cenário de caos, mas dentro desse caos há crescimento: este país está a crescer, nalguns sectores, a uma média galopante. Em termos de formação, entre 92 e 93 houve um crescimento da ordem dos 70/80 por cento. Nos transportes, idem. No comércio, anda pelos 30 e tal por cento. Na indústria é que estão as contracções, as grandes quedas... Há que perceber que tudo isto é um crescimento caótico e que de dentro deste caos, regras de jogo mais ou menos estáveis hão-de sair! Há uma certa adrenalina numa parte da elite nacional e um certo gosto por uma vida outra vez «normal», embora as elites saudáveis sejam sempre muito pequeninas. Hoje temos uma elite pequena, empresarial, presente em todos os sectores, constituída por gente de todas as cores, de várias origens sociais. Penso que se esta elite não for atacada, bombardeada, espezinhada, maltratada, insultada, isto vai para a frente. Tem de ir. ■

A.C.

Régulos resistem ao poder central

PÚBLICO, 8.8.95

José Pinto de Sá
em Maputo

Para haver autárquicas em 1996, o aparelho estatal devia cobrir a totalidade do território moçambicano, mas o problema da dupla administração parece longe de estar resolvido em muitas regiões.

Há seis meses, Dombe era um lugarejo esquecido na encosta do maciço de Chimanimani, junto à fronteira do Zimbabwe, na província de Manica. Durante a guerra civil em Moçambique, a região foi um dos bastiões mais fortes da Renamo, e agora — quase três anos após a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma — Dombe continua afastada da alçada do Estado, à semelhança do que sucede em imensas áreas do país outrora sob controlo militar da Renamo. Como era prática corrente em muitas zonas controladas pela resistência anticomunista, a administração estatal foi substituída pelos chefes tradicionais.

Em fins de Abril, contudo, Dombe passou para a primeira página dos jornais, quando o matutino "Notícias", da capital, acusou os régulos da região de estarem a ditar e a aplicar a pena de morte a súbditos acusados de vários delitos. Segundo o jornal pró-governamental, por ordem dos régulos, cidadãos acusados de feitiçaria foram amarrados e atirados ao rio Lucite, morrendo devorados pelos crocodilos.

Alarmado com o crescente poder dos régulos, o Chefe de Posto de Dombe pediu ao governo provincial o envio urgente de uma força de polícia, mas as autoridades centrais estavam empenhadas em evitar um confronto com o poder tradicional, quando se avizinham as eleições autárquicas. Dias depois, o Presidente Joaquim Chissano anunciava que o Governo vai submeter à Assembleia da República um projecto de lei destinado a reintroduzir e regular o exercício do regulado, abolido após a proclamação da independência, em 1975.

No entanto, as promessas de Chissano não acalmaram os ânimos em Dombe. Segundo um correspondente local, os 44 régulos da região organizaram uma manifestação no dia 16 de Junho, exigindo a sua reintegração imediata no aparelho do Estado, na sequência da qual expulsaram os 12 polícias que o Governo provincial ali colocara 15 dias antes.

A expulsão dos polícias, a quarta num ano, causou viva irritação ao ministro do Interior, Manuel António, que considerou necessário "restabelecer a ordem pública" em Dombe. "O Governo vai fazê-lo", prometeu, "porque tem capacidade para isso". Em simultâneo, foi noticiado que uma unidade das forças especiais da Polícia de Intervenção Rápida se encontrava estacionada na capital provincial, Chimoio, pronta a avançar para Dombe.

"Tempo de paz"

Na tentativa de evitar o recurso à força, foi constituída uma comissão integrando representantes do governo provincial, da Renamo e da Igreja Católica, que se deslocaram ao local e tiveram contactos com os régulos revoltados. Estes disseram-lhes que discordam da presença de polícias armados, pois "a guerra acabou e não há necessidade de uso de armas em tempo de paz".

Perante o impasse, o Presidente da República em pessoa deslocou-se a Manica e reuniu com um grupo de régulos no Chimoio, procurando uma solução. Nada de concreto resultou, mas a versão oficial dos acontecimentos alterou-se a partir dessa data.

O governador provincial, Artur Canana, anunciou que a unidade policial de Dombe não fora expulsa pelos régulos em fúria, conforme noticiado, mas antes por um destacamento de 300 ou 400 homens armados da Renamo. "O que se passa em Dombe não é simplesmente uma questão de dupla administração, mas sim uma situação militar", concluiu. "Isto leva-me a crer que a desmobilização dos militares da Renamo não foi concluída. Há pessoas armadas; se chegaram a ser desmobilizadas, então foram de novo mobilizadas".

A reacção da Renamo não se fez tardar. Afonso Dhlakama considerou provocatórias as acusações de Canana e contestou-as com firmeza. "A Renamo já disse várias vezes que não possui nenhum homem armado. É tudo falso".

"Estes régulos precisam de um enquadramento na sociedade e a responsabilidade disso é do Governo da Frelimo", comentou o líder da oposição, que considerou que o problema de Dombe não deve ser encarado separadamente, sendo comum a todos os chefes tradicionais do país.

O problema da dupla administração, passado por alto nas negociações de paz que há três anos se efectuaram em Roma, surge agora em toda a sua dimensão, pondo em risco a realização das autárquicas agendadas para o próximo ano. O Governo defende que não poderão ter lugar nas áreas que não estiverem sob administração estatal, mas a Renamo e a restante oposição exigem que se realizem em todos os distritos do país. ■

Comissão Política da UNITA debate esta semana a vice-presidência

Uma cimeira possível no fim do mês

PÚBLICO, 8 8 95

A COMISSÃO Política da UNITA deverá reunir-se a partir de hoje no Bailundo, a fim de debater, prioritariamente, a oferta de um cargo de vice-presidente de Angola ao seu líder, Jonas Malheiro Savimbi, anunciaram a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) e a própria Rádio Nacional.

O secretário-geral daquele partido, Lukamba Paulo Gato, afirmou à emissora francófona África nº 1 continuar a considerar que a decisão tomada no mês passado pelos deputados do MPLA foi como que um golpe constitucional, ao criar duas vice-presidências da República e ao destinar uma delas, especificamente, à pessoa de Jonas Savimbi.

A UNITA está particularmente crítica sobre do facto de o Parlamento, apenas com o voto da bancada governamental, haver prorrogado automaticamente o seu mandato até ao ano 2000 e considerado dispensável a realização de uma segunda volta das eleições presidenciais de 1992, nas quais José Eduardo dos Santos ficou a pequena distância de conseguir 50 por cento dos votos.

Esta reunião da Comissão Política, que se segue a uma da secretariado, vem numa altura em que se está a preparar nova cimeira entre o Presidente da República e Savimbi, na sequência da que se efectuou em Lusaca no dia 6 de Maio e que criou um clima de expectativa ainda não concretizado.

José Eduardo dos Santos volta esta semana das suas férias em Nice, no Sul da França, e segue a meio da próxima para o Brasil, pelo que não se considera muito viável que a cimeira em preparação venha a ter lugar antes dos últimos dias de Agosto, apesar de todo o empenho que a UNITA mostra na mesma.

Entretanto, regressou a Luanda, depois de alguns dias no Bailundo, em consultas com Jonas Savimbi e com o secretariado, o representante do Galo Negro na Comissão Conjunta encarregada de concretizar o Protocolo de Lusaca, Isaías Samakuva, o qual colocou ontem a tónica na necessidade de se solucionarem os incidentes de ordem militar que se estão a verificar nas Lundas.

Essa chamada "guerra da camanga", ou combate pelo controlo das regiões diamantíferas, está a lançar alguma sombra sobre o relacionamento entre o Governo e a UNITA, mas nenhuma das partes lhe deseja atribuir demasiada importância, apesar da dureza das palavras de pessoas como o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos, natural do Uíge.

O próprio primeiro-ministro, Marcolino Moço, já se mostrou quase tão pessimista quanto Matos, no que diz respeito à hipótese de a situação militar se degradar bastante dentro de dois meses. No entanto, o Futungo de Belas — onde funciona a Presidência da República — continua aparentemente a jogar a cartada da moderação e de um certo entendimento ainda possível com o maior partido da oposição. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

Cólera em Cabo Verde

Deputados pedem emergência na Praia

PÚBLICO, 9 8 95

A EPIDEMIA de cólera que há nove meses assola Cabo Verde corre neste momento o risco de se tornar uma endemia, segundo os médicos Luís Leite e Dario Dantas dos Reis. Ambos deputados à Assembleia Nacional, decidiram por conta própria fazer um estudo no terreno sobre a doença, e as suas conclusões são preocupantes. Para já, pedem que seja decretada na capital a "situação de emergência sanitária".

Para o seu trabalho de campo, Dario Dantas dos Reis e Luís Leite, ligados ambos à oposição parlamentar, percorreram várias localidades do concelho da Praia e puderam constatar as condições "sub-humanas" em que vivem os seus habitantes. A seu ver, o combate à cólera "não está a ser conduzido com a necessária eficácia" e há o risco de uma perda de controlo da situação, pelo menos em Santiago, a maior das dez ilhas do arquipélago.

Para ilustrar a sua previsão, o dois médicos revelam o aparecimento dos primeiros casos de contaminação dos próprios trabalhadores do hospital da Praia, que é também o principal do país, encontrando-se os seus profissionais desanimados e á beira da exaustão.

Segundo os dois médicos-deputados, o hospital Agostinho Neto tem estado a atender mais de 100 doentes por dia, sem que para isso esteja preparado. "Doentes em situação não-crítica são enviados precocemente para casa por ausência de condições de permanência na sala de observações do banco de urgência", acrescentam.

Reis e Leite criticam igualmente o governo por teimar em não aceitar que se está diante de uma situação grave e apelam para que seja tomada uma atitude mais frontal, com o próprio primeiro-ministro a chamar a si um gabinete de crise de modo a encetar um ataque mais coordenado e eficaz. Os dois médicos alertam para um agravamento da situação na capital cabo-verdiana com a queda das primeiras chuvas, ocorridas no passado fim-de-semana.

Segundo Luís Leite, não há nenhum bairro ou localidade da Praia que esteja livre da cólera. "Já estamos a sair da situação de epidemia para entrar em endemia", garante. "A situação é grave e não se pode dizer que esteja estacionária como se tem dito até aqui".

Em relação a outros concelhos, Luís Leite aponta o caso de Santa Catarina, onde, na sua opinião, o panorama não destoa do que se verifica actualmente na Praia. Como causas da propagação da epidemia, esse médico aponta as condições de vida da maioria dos cabo-verdianos, o êxodo rural, a ausência de hábitos de higiene, falta de recolha de lixo etc.. Por isso, quer Luís Leite quer Dario Dantas dos Reis propõem que sejam tomadas, se preciso for, medidas coercivas, nomeadamente a proibição de venda de alimentos na via pública e um melhor policiamento dos mercados da Praia.

A cólera foi detectada em Novembro e já se registaram, nestes nove meses, de acordo com números oficiais até 31 de Julho, 132 óbitos em 5302 casos, estando a doença circunscrita às ilhas de Santiago, Fogo, Brava e Maio. É errado o número avançado, por lapso, pelo PÚBLICO de 21/7, de que só em Junho morreram 94 pessoas. Este número correspondia, na altura, ao número total de óbitos.

Ao discursar, no passado sábado, na abertura de uma reunião da direcção nacional do seu partido, o primeiro-ministro Carlos Veiga acusou a oposição de, "através dos seus espiões na comunicação social, ter enviado para o estrangeiro dados falsos sobre a cólera, com o único objectivo de evitar que turistas venham a Cabo Verde".

Por isso, questionados sobre a politização deste assunto, Luís Leite responde: "Somos médicos e deputados residentes na Praia. O nosso objectivo é ajudar a sair deste grave problema. A desgraça humana não pode ser politizada." ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Cabo Verde a seis meses das presidenciais

Mascarenhas Monteiro pronto para novo mandato

PÚBLICO, 8.8 95

O JURISTA António Mascarenhas Monteiro parece estar muito bem encaminhado para, em Fevereiro, conseguir novo mandato de cinco anos como Presidente da República de Cabo Verde, cargo para que foi pela primeira vez eleito em 1991, tendo então derrotado folgadamente nas urnas o anterior chefe de Estado, Aristides Maria Pereira, que desempenhava o cargo desde a proclamação da independência, em 1975. O Movimento para a Democracia (MpD), do primeiro-ministro Carlos Veiga, que governa também ele desde o primeiro semestre de 1991, anunciou ontem na Cidade da Praia que apoia a recandidatura de Mascarenhas Monteiro, antigo presidente do Supremo Tribunal. E anteriormente já o Partido da Convergência Democrática (PCD), de Eurico Monteiro, se pronunciara a favor da continuação do actual magistrado supremo da nação crioula. O único adversário forte de uma provável campanha do Presidente da República para se manter no cargo deverá ser, eventualmente, Pedro Pires, que foi primeiro-ministro e secretário-geral do PAICV, ocupando agora a presidência deste partido, num posto aparentemente honorário, dado que a direcção efectiva do mesmo, nas questões do quotidiano, está entregue a Aristides Lima. Entretanto, o MpD também decidiu que, nas eleições legislativas do fim deste ano, deverá abrir as suas listas a outras forças, designadamente à associação política Espaço Democrático, liderada pelo presidente da Câmara Municipal do Mindelo, na ilha de São Vicente, Onésimo Silveira. Ou seja, está a dar tudo por tudo para voltar a derrotar o PAICV. ■

Novelas invadem Cabo Verde

PÚBLICO, 8 8 95

NÃO BASTAM as telenovelas brasileiras e portuguesas que a Televisão Nacional de Cabo Verde transmite diariamente para satisfazer a "sede" dos cabo-verdianos. Agora, o vício é tal que alguns clubes de vídeo ganham a vida a importar cassetes com os episódios dos sucessos mais recentes. Com uma semana de atraso, "A Idade da Loba" e "A Próxima Vítima" chegam às casas dos cabo-verdianos que estiverem dispostos a pagar cerca de 300 escudos por cada conjunto de quatro episódios. No top do Satélite Vídeo Club, da Cidade da Praia, que conta com 1100 sócios, as telenovelas que fizeram mais sucesso foram "Mulheres de Areia" e "Felicidade". ■

Angola: a luta continua

PÚBLICO, 8.8 95

A UNITA acusou ontem o Governo de Luanda de estar a atacar as suas bases na província da Huíla, no Sudoeste de Angola, em violação do cessar-fogo acordado. A rádio do movimento rebelde diz que aviões governamentais, incluindo dois caças Mig, efectuaram raides a partir da base aérea do Lubango, segunda-feira, contra bases não especificadas da UNITA. Falou de vítimas e estragos materiais, sem dar pormenores.O acordo de paz entre a UNITA e o Governo angolano foi assinado em Novembro último, acabando teoricamente com 19 anos de uma guerra civil que destruiu o país e matou pelo menos meio milhão de pessoas. Entretanto, o comité permanente da comissão política da UNITA refere em comunicado ontem divulgado no Bailundo, província do Huambo, que "jamais retornará à guerra, sejam quais forem as tentações". Segundo a Lusa, o processo de paz em Angola foi um dos assuntos abordados no encontro que o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, e o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, tiveram na segunda-feira ao fim da tarde, no Algarve. ■

Crianças entregues a si próprias nas ruas de Luanda

A guerra da sobrevivência

PÚBLICO, 10 8.95

DOS MUITOS milhares de vítimas da mais longa guerra em África, são talvez as crianças, entregues a si próprias nas ruas superpovoadas de Luanda, as que que mais energicamente se batem, apesar das condições adversas, por sobreviver. Trata-se, após décadas de pobreza — resultado, primeiro, do regime colonial português e, depois, da guerra civil que se seguiu à independência, arruinando a economia angolana —, de uma nova classe de meninos de rua gerada no rescaldo do conflito.

De dia, é vê-los cobertos de poeira da cabeça aos pés, esfarrapados, roupa demasiado grande ou demasiado pequena, descalços, a correr no meio do trânsito pedindo esmola aos automobilistas, ou esfregando o estômago quando abordam um peão. A assaltar os montes de lixo espalhados pela cidade à procura de comida ou de material para construir um abrigo. A cometer pequenos delitos.

Noite dentro, lá estão a dormir ao longo dos passeios, cobertos com plásticos ou qualquer outra coisa que sirva de agasalho. Por vezes, também procuram o ar refrescante da praia para descansar. Uns são órfãos, outros foram separados dos pais acidentalmente ou pelas circunstâncias da guerra. Muitos sobreviveram graças a uma força de vontade inabalável, impondo-se — muitas vezes por orientação dos pais — nos voos de ajuda humanitária entre o interior e a cidade.

"São eles os verdadeiros sobreviventes", diz Peter Hawkins, director de campo, em Angola, da organização britânica Save the Children (Salvar as crianças). "Foram eles quem realmente conseguiu encontrar uma forma de vida." A sua organização colabora com o Governo angolano na elaboração de programas que permitam iniciar o recenseamento destas crianças e resolver os seus problemas, inclusive levá-las de volta para as famílias nos casos em que isso for possível.

Nesta cidade de dois milhões de habitantes, ignora-se quantas crianças ao certo vivem na rua — tanto pode ser cerca de um milhar, diz Hawkins, como muitas mais. Desde há meses, uma ambulância da Unicef que à noite percorre as ruas da capital já prestou cuidados de saúde a perto de 2800 crianças, feridas ou doentes, muitas das quais com não mais de sete anos. São cerca de 400 os jovens refugiados que encontraram abrigo em Palanca, nos arredores de Luanda, onde funciona um campo da organização. Dormindo em tendas, aqui tomam refeições regulares, recebem instrução e aprendem a viver em comunidade. Mas nem só na capital há meninos de rua: também noutras cidades costeiras, como o Lobito e Benguela, em direcção ao Sul, elas existem.

Segundo Hawkins, a situação destas crianças agravou-se em virtude do estado ruinoso em que se encontra a economia angolana, com uma moeda tão desvalorizada que nem a população com um rendimento médio (uma parte ínfima do total) consegue contornar. Antes, era comum vê-las andar de porta em porta à procura de umas migalhas de sobras. "Agora", diz Hawkins, "assistimos ao fenómeno agudo de crianças que esgaravatam no lixo."

O caso de Honório José João, de 12 anos, é típico. Há dois anos, juntamente com o irmão mais novo e um tio, deixou a terra natal, Malanje, no centro setentrional do país, num voo das Nações Unidas. Ao chegar ao aeroporto de Luanda, porém, Honório viu-se separado da família. Perdido, foi-se encaminhando para um local nas proximidades onde um estranho lhe deu de comer. Encontrou então outras crianças sem recursos, em situação semelhante à sua, e que lhe confidenciaram conhecer um lugar chamado ilha de Luanda. "Também lá havia crianças", conta Honório.

Na ilha, uma faixa de terra com praias amplas, Honório encontrou Horácio Caballero, um padre católico impulsionador de um programa alimentar para crianças sem abrigo. A iniciativa cresceu rapidamente, conquistou novos apoios, como o da Oxfam e Africare, dando origem, no ano passado, ao campo de Palanca, onde vive Honório.

O rapaz, que ali encontrou o irmão, está agora mais próximo do seu objectivo: regressar a Malanje para procurar os pais e outros familiares. Há-de ir, insiste. Mas quando? "Depende", responde através de um intérprete. "Não tenho a certeza, mas penso que não vai haver mais guerra."

Além do meio milhão de angolanos mortos, a guerra desalojou centenas de milhares de outros. Muito do sofrimento adveio dos combates iniciados em 1992, quando, na vigência de um anterior acordo de paz, se realizaram eleições cujos resultados não foram aceites por Savimbi. A guerra que então eclodiu só terminou com a assinatura, em Novembro, de novo acordo de paz, sob a supervisão das Nações Unidas. ■

Lynne Duke, em Luanda
exclusivo PÚBLICO/
/"LA Times"-"Washington Post"

Para salvar a paz em Angola

Savimbi e Santos hoje no Gabão

PÚBLICO, 10.8 95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, deverão reunir-se hoje em Franceville, na zona de onde é natural o chefe de Estado gabonês, Omar Bongo, três meses e quatro dias após a cimeira de Lusaca, que ainda não levou a um resultado muito concreto.

Procurar remediar o grande atraso que está a haver no cumprimento do protocolo de Lusaca, de Novembro do ano passado, tratar da reformulação das Forças Armadas Angolanas (FAA) e resolver a questão das vice-presidências da República são pontos na agenda dos dois políticos, segundo fontes de um e outro lado.

Movimentar quanto antes todas as forças militares da UNITA para as áreas em que durante algum tempo deverão ficar aquarteladas, recolher tanto o armamento das mesmas como o que está na posse de civis, libertar os prisioneiros que porventura ainda haja e recolocar nas FAA generais e outros quadros do Galo Negro são tarefas prementes para as próximas semanas. Depois, passa-se à selecção e desmobilização de todos os homens que estiverem a mais no Exército reunificado e garante-se a livre circulação de pessoas e de bens em todo o território de Angola.

Quando o Exército estiver na totalidade perto dos 8000 efectivos aprovados pelo Conselho de Segurança, a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III) — que a partir de Outubro terá como comandante militar o general zimbabweano Phillip Valerio Sibanda — poderá confirmar se já estão efectivamente no bom caminho as "forças armadas únicas, nacionais, apartidárias" de que fala o protocolo de Lusaca, dentro do princípio de proporcionalidade entre as tropas do Governo e as da UNITA que foi definido em Bicesse.

Um dos pontos em que Savimbi deverá insistir durante o encontro de hoje em Franceville é o repatriamento de todos os mercenários presentes em Angola, bem como a afirmação de que, mais do que um lugar de vice-presidente da República, lhe importa garantir a sobrevivência de todos aqueles que durante muitos anos lutaram a seu lado.

José Eduardo dos Santos voltou ontem mesmo a África, depois de em França, durante as férias, se ter submetido a uma pequena intervenção cirúrgica à próstata. ■

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição**: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Produção Gráfica**: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** WE ASK FOR EXCHANGE.

Cabo Verde

MpD quer nova maioria, um governo e um presidente

PÚBLICO, 11 8 95

LUSA

Mascarenhas Monteiro impôs-se como "denominador comum"

O MOVIMENTO para a Democracia (MpD), de Carlos Veiga, anunciou a sua estratégia para as eleições autárquicas, legislativas e presidenciais previstas para os próximos seis meses: "Uma maioria, um governo e um presidente", mesmo que ele seja o actual chefe de Estado, António Mascarenhas Monteiro, do qual tem algumas razões de queixa.

Nestes quatro anos e meio de convivência, por diversas vezes o Presidente não se coibiu de criticar publicamente o MpD em áreas tão sensíveis como a Comunicação Social estatal; ou de impedir nos bastidores que o executivo de Veiga levasse avante determinadas iniciativas de duvidosa legalidade.

Assim, quando no fim da semana passada o primeiro-ministro apareceu a defender, perante a Direcção Nacional, que o MpD iria bater-se por "uma maioria, um governo e um presidente", os militantes e os observadores interpretaram tal tríptico como a confirmação da estratégia defendida por certos sectores, no sentido de o ministro da Coordenação Económica, Gualberto do Rosário, avançar para o lugar de Veiga e este se bater pela Presidência.

Por isso o anúncio, segunda-feira, de que o MpD vai apoiar uma eventual recandidatura de Mascarenhas Monteiro só pode ser interpretado como um recuo, na medida em que o partido que está no poder desde 1991 optou por uma personalidade independente, que continua a gozar de grande simpatia, mormente em Santiago, sua ilha natal e o maior círculo eleitoral do país.

Outra relativa novidade saída da direcção do Movimento para a Democracia foi a de que irá encetar conversações com o Espaço Democrático, de modo a incluir nas suas listas candidatos dessa associação política, dirigida pelo presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Onésimo Silveira, que já chamou "fascistas" às estruturas do MpD na ilha de São Vicente.

Onésimo garantiu ao PÚBLICO que ainda não existe nada de concreto: "Há mais de um ano que dissemos que o Espaço Democrático não se iria legalizar a tempo de participar nas próximas eleições legislativas, mas que estávamos dispostos a encarar a hipótese de participar nas listas de algum partido. Até hoje só o MpD é que reagiu, os outros não. Limitam-se a dizer que precisamos conversar".

Para o século XXI

Ainda de acordo com a estratégia do partido governamental, este vai bater-se por uma nova "maioria absoluta confortável" e pela conquista do maior número possível de câmaras municipais. Pois entende de que só assim poderá levar por diante o projecto político-económico de conduzir Cabo Verde para o século XXI.

Foi assim dado mais um passo para o que se prevê como eleições mais concorridas do que as do início de 1991, quando apenas o PAICV e o MpD disputaram entre si o controlo do Parlamento.

Para além daquelas duas forças políticas, estão legalizados o Partido da Convergência Democrática (PCD), de Eurico Monteiro, que também manifestou a intenção de apoiar a recandidatura de Mascarenhas Monteiro, a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), de Celso Celestino, e o Partido Social Democrático (PSD), de João Além.

O actual Presidente surge, curiosamente, como denominador comum do MpD, do PCD e do Espaço Democrático, forças que nem sempre coincidem nos seus pontos de vista. Enquanto o PCD é a favor de uma revisão constitucional que dê mais poderes ao chefe do Estado, o MpD defende o modelo actual, por si aprovado em 1992.

Quanto aos apelos para se recandidatar, Mascarenhas Monteiro tem-se limitado a dizer que na altura própria se pronunciará. Contudo, parece ser cada vez mais evidente que acabará por satisfazer a vontade dos seus apoiantes.

Pedro Pires, tido até aqui como o potencial candidato do PAICV, mostrou-se cauteloso em entrevista recente a um jornal cabo-verdiano: "Penso que não devo entrar numa corrida presidencial para perder...". Se isso viesse a acontecer, o antigo primeiro-ministro revelou não descartar a hipótese de ir para a sua ilha natal, o Fogo, e aí se dedicar ao desenvolvimento da mesma.

Depois do recenseamento eleitoral deste ano, há 190 000 cidadãos de Cabo Verde com direito a voto, cabendo à emigração seis dos 76 lugares da Assembleia Nacional. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

CADERNOS AFRO-ASIÁTICOS 26

IMPRESSO